

## PATRIMÔNIO DA HUMANIDADE, CULTURA E LUGAR

*Wagner Costa Ribeiro<sup>1</sup>*

---

**Resumo.** Discutir o conceito de patrimônio e suas implicações é o objetivo deste trabalho. Ele trata as definições internacionais, retoma a proposta da Convenção de Haia e a da Convenção de Patrimônio Mundial da Unesco. Depois, problematiza os conceitos de cultura e de lugar. Também são abordadas as definições de patrimônio cultural e natural, bem como os sistemas de gestão do patrimônio.

**Palavras-chave:** Patrimônio natural; patrimônio cultural; Unesco.

## HERITAGE OF HUMANITY, CULTURE AND PLACE

**Abstract.** Discussing the concept of heritage and its implications is the objective of this paper. It deals with international definitions, recovers the proposal of the Hague Convention and the Convention Concerning the Protection of the World Cultural and Natural Heritage of Unesco. Then, it approaches the concepts of culture and place. It also focuses on definitions of natural and cultural heritage, as well as the systems of heritage management.

**Key words:** Natural heritage; cultural heritage; Unesco.

---

Patrimônio remete ao passado; porém, ele não pode ser avaliado apenas à luz do que representou. É preciso reconhecer novos usos e perspectivas de interação com a sociedade que o define a partir de elementos que compõem sua identidade cultural.

Neste artigo analisa-se como o conceito de patrimônio surgiu no âmbito da Unesco. Depois, discute-se sua instrumentalização, que permitiu chegar a sítios naturais e culturais como pertencentes ao patrimônio mundial.

Entretanto, o patrimônio só faz sentido quando é definido pelos grupos sociais que enxergam nele valores que indiquem etapas relevantes

---

<sup>1</sup> Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo e Programas de Pós-Graduação em Geografia Humana e Ciência Ambiental da Universidade de São Paulo.

da aventura humana na Terra. Por isso é preciso mergulhar em conceitos como cultura e lugar; no primeiro porque expressa o modo de vida e um sistema de valores humanos; no segundo por sediar as relações sociais que emprestam significado à vida. Por fim, apresentam-se algumas reflexões sobre a gestão pública e a privada do patrimônio.

### CONVENÇÕES INTERNACIONAIS E PATRIMÔNIO

A Convenção de Haia, de 1954, promovida pela Unesco, definiu os bens culturais como aqueles móveis e/ou imóveis que representam o patrimônio cultural dos povos, como obras de arte, manuscritos, sítios arqueológicos, monumentos arquitetônicos, coleções de livros, edifícios para exposição de bens culturais, museus e centros monumentais.

Existe uma clara distinção, que gostaria de sublinhar, com relação à Convenção do Patrimônio Mundial, de 1972. O texto da década de 1970 define o patrimônio a partir de seu valor universal excepcional, incluindo grupos de construções isoladas ou reunidos, sítios arqueológicos e monumentos naturais. Outra idéia presente é a de patrimônio natural, definido como formações físicas ou biológicas que tenham um valor universal excepcional do ponto de vista estético e/ou científico.

Para a geógrafa Simone Scifoni, a internacionalização da temática do patrimônio começou com a Carta de Atenas, porém, a autora reconhece que foi apenas a partir da Convenção de Patrimônio Mundial que tal temática ganhou relevância, inclusive por ocorrer no contexto da reunião de Estocolmo, que produziu a Declaração de Estocolmo, documento que apontava para a preservação patrimonial de bens naturais e culturais.

É curioso que a Convenção de Haia deixe de ser referência nas discussões internacionais quando se trata do patrimônio. Ela foi simplesmente posta de lado. Houve uma mudança de paradigma ao longo dos 28 anos que a separam da Convenção do Patrimônio Mundial. Abandonou-se a particularidade da expressão dos povos, a idéia de cultura no lugar, para uma visão universal de patrimônio definida por meio de políticas internacionais.

Em outras palavras, o lugar da manifestação cultural de um povo deixou de ser ponderado como patrimônio, que passou a ser definido com um olhar externo que se impõe como universal. Dados da Unesco ilustram essa condição: dos 788 bens tombados, mais da metade está na

Europa e apenas 17 no Brasil<sup>2</sup>. Essa difusão de bens patrimoniais considerados da humanidade foi chamada de culto ao patrimônio pela francesa Françoise Choay (2002).

### CULTURA E LUGAR

Fui buscar em obras do professor Milton Santos, geógrafo falecido em junho de 2001, idéias importantes que quero discutir: a dimensão do universal e do lugar, na perspectiva da preservação cultural.

Em um de seus artigos, o professor Milton escreveu:

o universal, que é independente de realizações práticas imediatas, é encontrado na busca de uma generalidade significativa e representa não apenas as quantidades do mundo, mas as qualidades e valores. Por isso é abrangente de tudo e de todos, a despeito de hierarquias. Quando o parâmetro é a universalidade, o pensamento começa e termina com o pensamento filosófico (Santos, 2002, p.50)

destarte, existe uma diferença entre assimilar idéias de fora e aspirar a ser universal. Não se trata de não querer ser universal. Tampouco deixar de buscar idéias de fora. O diálogo é sempre muito rico e muito importante; mas, é evidente que este intercâmbio de idéias não pode ser unilateral, pela assimilação estreita do que vem de fora, ainda que o novo, quando trazido com eloqüência, seja sempre muito sedutor.

Em relação ao lugar, Milton Santos escreveu, em uma de suas obras, que “cada lugar é, ao mesmo tempo, objeto de uma razão global e de uma razão local, convivendo dialeticamente” (Santos, 1996, p. 273).

A cultura é expressa em suas múltiplas dimensões (simbólica, material) nos lugares, a partir da síntese de elementos globais, nacionais, regionais e locais. Com essas influências “o homem vai impondo à natureza suas próprias formas, a que podemos chamar de formas ou objetos culturais, artificiais, históricos” (Santos, 1988, p.89). Estes objetos culturais fazem com que

a natureza conheça um processo de humanização cada vez maior, ganhando a cada passo elementos que são resultado da

---

<sup>2</sup> Fonte: <http://whc.unesco.org/pg.cfm?cid=31>, acessada em março de 2005. Nessa ocasião, 611 eram considerados patrimônios culturais, 154 patrimônio natural e 23 combinavam as duas matrizes anteriores.

cultura. Torna-se cada dia mais culturalizada, mais artificializada, mais humanizada. O processo de culturalização da natureza torna-se, cada vez mais, o processo de sua tecnificação. As técnicas, mais e mais, vão incorporando-se à natureza e esta fica cada vez mais socializada, pois é, a cada dia mais, o resultado do trabalho de um maior número de pessoas (Santos, 1988, p.89).

Para Milton Santos, isso constitui o meio técnico-científico-informacional “no qual a construção ou reconstrução do espaço se dará com um conteúdo de ciência e de técnica” (Santos, 1991, p.11). Em outro trabalho, afirmei que o resultado desse processo é uma “paisagem estética”,

um tecido urbano que contém valores culturais transpassados pela afirmação do mesmo, que oprimem o singular, sintetizados, por exemplo, em formas urbanas reproduzidas a partir de modelos de arquitetura oriundos de países hegemônicos, uma das críticas às cidades contemporâneas, como aponta o geógrafo espanhol Horacio Capel (2001). Isso é facilmente observável na paisagem de São Paulo, uma megacidade brasileira localizada em plena faixa tropical, na qual identificam-se milhares de prédios envidraçados, tal qual preconiza a arquitetura de países temperados. Ora, os ambientes produzidos por tal concepção resultam extremamente quentes, gerando a necessidade do uso de aparelhos para resfriar o ar, aumentando o consumo energético. Seria muito mais simples edificar prédios segundo a boa arquitetura colonial brasileira, com seus tetos elevados e amplas janelas que permitem desde a entrada de luz natural, abundante nos trópicos, quanto a circulação do ar, refrescando o ambiente. Mas o esteticismo a que se refere Jameson prevalece e a paisagem paulistana aquece quem vive nela...(Ribeiro, 2002, p. 4).

Teria sentido preservar uma paisagem apenas pelo seu valor estético? Sim, desde que ela fosse universal e adequada às condições geográficas do povo que a edificou, e não se ela apenas reproduz modelos técnicos assimiláveis em diferentes partes do mundo. Diante disso, é preciso discutir o que é patrimônio.

## O PATRIMÔNIO

O que é necessário, do ponto de vista da cultura, para um bem ser universal e ganhar a condição patrimônio? Não queria entrar na discussão do que é belo, do que é universal; penso que não é necessário retomar as idéias de Kant e de outros autores que abordaram este tema.

É necessário discutir o que seria patrimônio da humanidade. Para isso é preciso pensar a cultura contemporânea. De nada adianta olhar o passado de maneira desorganizada. Essa ação ocorre a partir do momento presente. Essa é uma inquietação e uma dificuldade de caráter teórico que deve ser debatida.

O momento contemporâneo é extremamente controverso. Há quem afirme a pós-modernidade<sup>3</sup>. Há quem afirme a modernidade incompleta (estou lembrando Rouanet,1993). Eu acredito que certamente assistimos à profusão de identidades múltiplas que se sobrepõem e que aguçam o nosso espírito. Como exemplo, é possível classificar quem vive em São Paulo, por exemplo, como paulista, paulistano, brasileiro, mercosulista, latino-americano, americano do sul, ocidental... Veja-se quantos rótulos!

O mundo atual permite ser conservador no campo da política e avançado no campo dos costumes. O ser-no-mundo hoje implica em fazer diversas escolhas, e expressar isso do ponto de vista da cultura não é uma tarefa simples.

É aí, no bojo dessa multiplicidade de informações e de identidades que nos são apresentadas de maneira quase contínua, que a cultura se manifesta na vida cotidiana.

Em meu ponto de vista a cultura se expressa nos lugares, e estou lembrando aqui não só o professor Milton Santos, já citado, mas também o professor Armando Correa da Silva (1991 e 1978), que lamentavelmente faleceu em 2000, outro mestre e colega da Universidade de São Paulo.

Para Silva,

a localização é um dado natural e social, permeado pela cultura, pelo desempenho de papéis, que ultrapassa as dimensões ecológicas, permitindo a previsão de novas configurações ambientais. Ela é, por isso, o lugar de ocorrência e manifestação, assim como o próprio lugar em si no conjunto de

---

<sup>3</sup> Para encontrar mais elementos desta discussão, ver Lyotard (1989), Habermas, (1990), Harvey (1992), Soja (1993), Featherstone (1994), Said (1995), Hall, (1997), Jameson (1999), Bauman (2001).

realizações simbólicas e não-simbólicas, materiais ou não, produzido pelos homens. Então, o natural e o social não existem sem o seu lugar de ocorrência e de manifestação. Estes põem-se, desde logo, como expressões culturais que ganham sentido no desempenho de papéis, ou seja, no comportamento socialmente determinado, efetivado num contexto específico e referido a um sistema cultural (Silva, 1992, p.24).

Continuando em sua reflexão, distingue o lugar da localização, escrevendo:

o humano, como ecologia, sociedade e cultura, não se põe sem a consideração da localização. Mas, considerar a localização é considerar o lugar. Como entra o lugar na definição do humano? O lugar determina, como meio natural e cultural, produzindo equilíbrios e desequilíbrios na relação população-recursos. Então, o lugar é o fundamento da configuração do entorno. Porque o homem não existe, isoladamente ou socialmente, sem o espaço que representa e define (Silva, 1992, p.25-26).

Não é possível vivermos senão em algum lugar, como escreveu Aristóteles (1972). A existência humana implica na produção do espaço geográfico que abriga os lugares das relações sociais. Por isso os lugares é que devem ser preservados. Os lugares tornam-se patrimônio.

Deste modo, fica fácil entender por que os monumentos têm importância. Na verdade eles representariam, do meu ponto de vista, a fixação da cultura, dado que eles são os lugares de sua expressão pelos seres humanos.

Definir os lugares de expressão cultural relevante é algo extremamente importante no momento em que somos bombardeados por múltiplas identidades. Se olharmos para o campo da arquitetura, por exemplo, o que é a arquitetura pós-moderna senão um mosaico de estilos buscando construir uma linguagem nova?

Então o patrimônio, na verdade, o monumento, acaba representando o lugar onde a ação se deu. Por isso adquire importância efetiva e merece um esforço para preservá-lo. Concordo com a geógrafa Cíntia Nigro (2003), segundo a qual o patrimônio é um direito social. Já o historiador Ulpiano de Meneses trabalhou o patrimônio cultural. Para ele, a gestão desse patrimônio envolve a dimensão política “por natureza” (1992, p.189), dado que ele não pode ser pensado apenas como um item administrativo.

Porém, há aí uma zona de tensão, que é teórica, a qual o Professor Milton Santos também discutia e eu considero importante.

Milton Santos dizia que fazer uma revolução é simples, o difícil é acabar com o espaço herdado (1978).

Por mais que mude o governo de maneira radical, a materialidade da cidade de São Paulo, para manter um caso complexo como exemplo, é exatamente a mesma logo após a eleição para prefeito. É evidente que é possível transformá-la, mas isso exige anos de esforço, que implica em investimentos e em negociação política. A inércia do espaço (Santos, 1978) impõe um tempo lento nas relações sociais hodiernas.

O que representa isso? Que o monumento é uma obra que está posta hoje representando uma ação do passado, na perspectiva de um uso contemporâneo.

Penso que não é mais preciso dizer da necessária ocupação ativa do bem. Não dá mais para imaginar aquele modelo de tombamento que congelava o bem e que impedia todo e qualquer acesso, inclusive, às vezes da população que lá vivia.

A fixação da cultura e da temporalidade espacial (Ribeiro, 1988) que o patrimônio apresenta, que o monumento apresenta, não é suficiente, mas é o que é possível fazer. É o que - eu penso, Pois quantas relações ocorrem em tantos e quantos lugares, impossíveis de serem quantificados, mensurados por todos nós?

O que temos que começar a refletir é que há um descolamento entre lugar e o espaço herdado, o espaço construído, o próprio monumento, ainda quando ele é definido como uma paisagem.

O lugar em si é o ambiente no qual ocorre a relação social que permite que a cultura se expresse; é onde ocorre, portanto, a relação social que viabilize o ser no mundo contemporâneo.

O lugar pode ser uma sala, pode ser um prédio, uma área pública, uma área natural. O monumento é apenas a materialização das relações sociais e pode englobar desde uma edificação isolada como também uma paisagem urbana ou natural.

Voltemos a Milton Santos:

A paisagem é o conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza. (...) a paisagem é apenas a porção da configuração territorial que é possível abarcar com a visão. (...) a paisagem é transtemporal, juntando objetos passados e presentes, uma construção transversal (Santos, 1996, p.83).

Eu sou de um tempo, insistindo com São Paulo como exemplo, em que o Vale do Anhangabaú era foco de manifestações políticas. Lembro-me do movimento das Diretas-Já. Mas o que é o Anhangabaú hoje? Um conjunto de vias subterrâneas e uma imensa área pública que apagou as referências de diversas mobilizações políticas que abrigou no passado. Quando passo por lá me dá uma certa inquietação. Muito do que vivi lá não pode mais ser lembrado, porque as evidências materiais foram alteradas. O que é preservar, portanto, a cultura, a memória?

Raramente são preservados os lugares da geografia das manifestações. A geografia dos tombamentos não incorporou até o momento os lugares das manifestações políticas! Talvez porque aí seria preciso tombar extensas paisagens, no sentido em que Milton Santos as definiu, o que acarreta custos elevados não só econômicos mas também políticos. Ou por que simplesmente não se deseja manter vivos lugares que expressem luta política?

É necessário recuperar e elaborar a geografia das manifestações de cada município.

Mais uma vez trago São Paulo para elucidar o que penso. Até a década de 1980 as manifestações políticas tinham lugar na Praça da República e na Praça da Sé. Era possível imaginar a quantidade de pessoas que participavam do ato pela mancha que era formada, espalhando-se por vias do entorno. De repente, a Avenida Paulista passou a alojar esse tipo de evento. Curiosamente isto vem em paralelo a um certo torneio que um banco, associado a uma rede de televisão importante, promoveu para eleger um marco da cidade de São Paulo. A Avenida Paulista, onde se encontra a antena dessa rede de televisão e a importante sede cultural do banco patrocinador do evento, foi indicada como mais representativa da cidade de São Paulo.

Seria a Avenida Paulista o espelho daquilo que sintetiza o ser-paulistano? Nem na época do café dá para imaginar que sim. Ela seria a expressão da presença do capital internacional? Eu penso que hoje a Avenida Eng. Luis Carlos Berrini, e mesmo a Avenida Nações Unidas, concorrem para espelhar essa condição.

O que se dizia na época para justificar e fundamentar a escolha da Avenida Paulista como símbolo de São Paulo? O que preservar e manter como elemento da expressão cultural da Avenida Paulista? A escadaria da Fundação Cásper Líbero, onde ocorrem as comemorações de campeonatos de futebol e vitórias políticas?

Os alunos da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, quando fizeram greve por mais de 50 dias

pela contratação de mais professores no primeiro semestre de 2002, elegeram aquele lugar para pronunciar suas aulas públicas. No meu tempo de estudante universitário, na década de 1980, certamente a escolha recairia sobre a Praça da Sé ou a Praça da República.

Essas mudanças são importantes e é difícil acompanhá-las, captar a dinâmica da vida social. Porém, é preciso lembrar que elas são fabricadas, produzidas e induzidas. O caso da Avenida Paulista ilustra muito bem quanto é possível dirigir a massa para lugares diferentes de uma cidade e escolher os lugares da manifestação.

A maior tensão e inquietude de quem tem que tomar uma decisão, assinar o tombamento, é dizer: esse é um bem tombado com base nisso e naquilo, etc.

Não se trata de preservar todos os meandros da vida, mas sim, dimensões culturais coletivas. Essa dimensão da cultura é difícil de ser apreendida, mas necessária. O técnico e o político, ou melhor, o técnico-político, já que sua decisão vai implicar em conseqüências para o bem e seu entorno, deve escolher efetivamente os argumentos para justificar um tombamento. Ocorre que até agora grande parte dos bens tombados contam a história das elites.

A renovação urbana, um instrumento fantástico porque abarca uma escala mais ampla de intervenção, propiciou uma renovação para o uso da classe média e da elite, muitas vezes, infelizmente, excluindo ou retirando a população que lá vivia. O caso do Pelourinho, em Salvador, é emblemático. Mas é um instrumento importante que deve ser aprimorado.

É necessário existir um movimento da sociedade para que a efetiva definição de um bem a ser tombado ganhe credibilidade. Um bem cultural, ou mesmo a renovação de uma área degradada, não se constrói com decreto.

Definir um patrimônio comum da humanidade é algo que me parece bastante difícil. A definição da Convenção do Patrimônio Mundial me incomoda, porque a questão da soberania é realmente central, como discuti em outra ocasião (Ribeiro, 2001). Admitir uma ação externa sobre um bem cultural levaria à admissão também de que ela pode ocorrer também para o caso do patrimônio natural, o que pode não ser conveniente aos interesses de um país. Há necessidade de se definir patrimônio da humanidade e sua gestão.

A idéia de patrimônio comum da humanidade está muito marcada por uma visão ocidental. Afirmar um patrimônio da humanidade parece-

me algo inquietante pela carga que as idéias ocidentais representam na definição da lista de bens tombados. Qual a dimensão que vai afirmar um padrão de belo, de valor universal, a partir do qual se definem normas para praticar o tombamento?

O belo das grandes obras de arte é “mais fácil” de definir. Mas quando se trata de intervenção na cidade, quando se trata de intervenção de monumentos localizados no interior da cidade, é realmente algo extremamente complexo.

Lembro-me de uma polêmica quando um ex-prefeito de São Paulo, o sr. Jânio Quadros, resolveu mudar de lugar um objeto que estava em desuso e o transferiu para a frente de uma Igreja – Nossa Senhora do Brasil – onde aconteciam os casamentos da elite paulistana. Foi realmente um momento de convulsão cultural nessa cidade, pois imagine-se se a elite brasileira iria se casar em frente a um símbolo, segundo dizem, de estética fascista! Ao final, o monumento está lá. e os casamentos... bem eles parecem ter diminuído muito... ou mudaram de endereço.

O tombamento de um bem pela Unesco pode gerar recursos. Salvador ganhou financiamento para renovar o Pelourinho. A cidade do Porto, em Portugal, ganhou a possibilidade de conseguir investimentos externos para sua revitalização mas também para a instalação de infraestrutura de transporte, como a construção de metrô, depois que foi tombada como patrimônio da humanidade.

### **A GESTÃO DO PATRIMÔNIO**

Há basicamente dois modelos de gestão do patrimônio: o estatal e o privado. Recentemente se aposta em um terceiro tipo: a parceria público-privado.

No caso estatal, o Reino Unido parece-me o exemplo mais bem-acabado. Você tem acesso aos museus livremente, os monumentos estão todos lá, enfim. Há quem brinque que já eles acabaram com a saúde pública mas deixaram pelo menos a cultura com acesso livre.

O modelo privado pode ser encontrado nos Estados Unidos e na Espanha. Nos países citados, o que você verifica sempre ao visitar um bem, independentemente do modelo de gestão adotado, é que há muita informação disponível para esse “comprador” da idéia de que um bem cultural é importante de ser visto. O mesmo não se verifica no Brasil, infelizmente. O acesso é cobrado como parte da receita de manutenção

do bem. O estado parece alijar-se da responsabilidade de manter a expressão cultural coletiva e da produção literária sobre ele.

A associação entre turismo e bens tombados é muito grande e comum, como apontou Morel (1996). Muitas vezes é o único uso do bem tombado. Mas o que se assiste quando saímos do país, é que o turista não vai comprar apenas a visita. Ele agrega valor ao lugar levando livros com informações e fotografias de qualidade sobre o bem visitado. Isso não ocorre na mesma proporção no Brasil, porque não temos uma produção literária sobre bens tombados disponíveis para compra. Com isso se perdem recursos que poderiam ser gastos na visita, gerando renda para novos investimentos e/ou manutenção dos bens tombados.

O Brasil não foi ocupado pelos romanos, como o foram a Itália e a Espanha; mas foi ocupado por Portugal, Holanda, França. Onde estão os vestígios das passagens destes povos em nosso território? Estariam em condições de serem visitados por turistas oriundos daqueles países, curiosos em apreender como viveram por aqui seus antepassados?

O mesmo vale para períodos da história do Brasil, como o escravista ou mesmo o monárquico. Se a história do vencedor é difícil de ser contada no país por meio de bens culturais preservados, imagine-se a história dos vencidos! O que sobrou de revoltas como a Sabinada ou a dos Farrapos? Da guerra de Canudos? Quase nada... O patrimônio ambiental brasileiro (Ribeiro, 2003) também tem sido pouco preservado e pode constituir-se em nova fonte de receitas.

Se a opção for pela cobrança ao acesso aos bens tombados temos que aprender algo com os espanhóis, que sabem muito bem vender o seu patrimônio cultural sem abrir mão da soberania. Quando você anda pelas ruas de Barcelona, com um menino ou com um professor universitário, o entusiasmo com que eles falam sobre a cidade é realmente estimulante, inclusive fazendo referências: “você tem que ver a casa de Gaudi, você tem que ver a Sagrada Família, mas não deixe de ir também a Sevilha, a Granada, por isto e aquilo, etc. e tal”.

Eles já perceberam que a atividade turística é importante para o PIB do país. Este modelo vende desde a antiga arena romana em Taragona, próximo à Barcelona, até uma intervenção absurda como a Catedral construída dentro de uma mesquita, como se vê em Córdoba, na Espanha. Portanto, não é simples falar em cultura e diversidade. Muitas vezes a tática é de extermínio da cultura anterior.

Quem já teve a oportunidade de visitar Cusco, no Peru, e ver aquelas fantásticas igrejas, vai perceber que muitas delas foram

construídas por sobre lugares onde a população inca que lá vivia exercitava suas crenças, manifestava sua cultura, portanto. Foi eliminado o lugar anterior para erigir o lugar do dominador espanhol.

Restaria para o Brasil, eu penso, algo entre o modelo privado e o modelo estatal. Mas não há tradição de investimentos empresariais na conservação de bens culturais. Por isso, em nosso caso é fundamental a gestão estatal dos bens tombados, inclusive, com a possibilidade de angariar recursos por meio do pagamento ao acesso aos bens.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensar o patrimônio sem identificar os atores que lhe emprestam significado é esvaziar de sentido qualquer política de conservação de bens naturais e/ou culturais. A análise de documentos internacionais remete a alterações relevantes ao longo do século XX, envolvendo o conceito de patrimônio da humanidade. Procurou-se retirar a expressão da singularidade elevada à universalidade para, ao contrário, partir de um marco definido *a priori* como universal. Esse olhar pode levar à instalação de bens patrimoniais sem sentido para as comunidades sociais que o abrigam. Talvez seja por isso que em alguns países existe tanta dificuldade em manter bens e áreas naturais elevadas à condição de patrimônio.

Para que uma política de conservação de paisagens que expressam combinações relevantes de processos naturais e/ou sociais torne-se efetiva é preciso partir da população. É necessário envolvê-la desde a análise do equipamento e/ou área natural a ser conservada. É preciso dar tempo para que a população reconheça laços identitários com o equipamento e/ou área natural a ser tombada. É preciso que ela possa relacionar-se com o bem, identificando-o como um lugar relevante, um lugar que expresse cultura.

Modelos de gestão que desconsiderem esses aspectos permitem realizar outros fins com os bens tombados. Na expectativa da gestão privada, ele passa a ser visto como uma fonte de riqueza, matriz de arrecadação de recursos. O gestor público também pode apreender o bem tombado dessa forma; porém, ele necessita ir mais longe: ele precisa dotá-lo de significado à sociedade que o financia. Ou, dar vazão aos anseios conservacionistas expressos pelos movimentos sociais que se ocupam com a cultura, que, aliás, parecem raros e episódicos. Por isso a responsabilidade do gestor público é enorme. Ele deve estimular a discussão sobre bens patrimoniais e demonstrar quanto a vida, em suas

múltiplas determinações, se desenrola em lugares plenos de significados que não podem ficar alheios à sociedade.

#### REFERÊNCIAS

- ARISTÓTELES. Física. In: Pré-socráticos, Aristóteles, Platão, Sócrates. Col. *Os Pensadores*. São Paulo : Abril Cultural, 1972.
- BAUMAN, Zygmunt. *La sociedad individualizada*. Madrid : Ediciones Cátedra, 2001.
- CAPEL, Horacio. *Dibujar el mundo: Borges, la ciudad y la geografía del siglo XXI*. Barcelona : Ediciones del Serbal, 2001.
- CARLOS, Ana Fani A.; LEMOS, Amália Inês G. *Dilemas urbanos: novas abordagens sobre a cidade*. São Paulo: Contexto, 2003.
- CHOAY, Françoise. *Alegoria do patrimônio*. Tradução de Luciano V. Machado. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.
- FEATHERSTONE, Mike (Org.) *Cultura global: nacionalismo, globalização e modernidade*. Petrópolis : Vozes, 1994.
- HABERMAS, J. *O discurso filosófico da modernidade*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1990.
- HALL, Stuart. *Identidades culturais na pós-modernidade*. Rio de Janeiro : DP&A, 1997.
- HARVEY, David. *A condição pós-moderna*. São Paulo : Loyola, 1992.
- JAMESON, F. *Pós-modernismo. A lógica cultural do capitalismo tardio*. São Paulo : Ática, 1999.
- LYOTARD, J. F. *A condição pós-moderna*. Lisboa : Gradiva, 1989.
- MENESES, Ulpiano T. Bezerra de O patrimônio cultural entre o público e o privado. In: São Paulo (cidade). Departamento de Patrimônio Histórico/Secretaria Municipal de Cultura. *O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo: DPH, 1992.
- MOREL, Joaquín Bosque Conferência: O patrimônio da humanidade. In: YAGIZI, Eduardo e outros (Org.). *Turismo: espaço, paisagem e cultura*. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.
- NIGRO, Cíntia Territórios do patrimônio: tombamentos e mobilizações sociais. In: CARLOS, Ana Fani A.; LEMOS, Amália Inês G. *Dilemas urbanos: novas abordagens sobre a cidade*. São Paulo: Contexto, 2003. p.166-176.

- RIBEIRO, Wagner Costa (Org.). *Patrimônio ambiental brasileiro*. São Paulo : EDUSP/IMPRESA, 2003.
- RIBEIRO, Wagner Costa. Globalização e geografia em Milton Santos. *Scripta Nova*. Barcelona: v. VI, n. 124, p.01 - 09, 2002. <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-124.htm>.
- RIBEIRO, Wagner Costa. *A ordem ambiental internacional*. São Paulo: Contexto, 2001.
- RIBEIRO, Wagner Costa. Relação espaço/tempo: considerações sobre a materialidade e a dinâmica de história humana. *Terra Livre*. São Paulo, n. 4, p. 39-53, 1988.
- ROUANET, Sergio P. *Mal-estar na modernidade*. São Paulo: Cia. das Letras, 1993.
- SAID, Edward. *Cultura e imperialismo*. São Paulo: Cia das Letras, 1995.
- SANTOS, Milton. (Organização RIBEIRO, Wagner Costa). *O país distorcido: o Brasil, a globalização e a cidadania*. São Paulo : Publifolha, 2002.
- SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SANTOS, Milton. A revolução tecnológica e o território: realidades e perspectivas. *Terra Livre*. São Paulo, n. 9, p. 7-17, 1991.
- SANTOS, Milton. *Metamorfoses do espaço habitado*. São Paulo: Hucitec, 1988.
- SANTOS, Milton. *Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica*. São Paulo: HUCITEC, 1978.
- SCIFONI, Simone. Patrimônio mundial: do ideal humanista à utopia de uma nova civilização. *GEOUSP*. São Paulo, n. 14, p. 77- 88, 2003.
- SILVA, Armando C. da. *Geografia e lugar social*. São Paulo: Contexto, 1991.
- SILVA, Armando C. da. *O espaço fora do lugar*. São Paulo: HUCITEC, 1978.
- SOJA, Edward. *Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.
- YAGIZI, Eduardo e outros (Org.). *Turismo: espaço, paisagem e cultura*. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.